

UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO CHINÊS

Caroline Giusti de Araújo¹

Everlam Elias Montibeler²

RESUMO: Este artigo objetiva analisar o processo de desenvolvimento chinês utilizando como proxy o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Observa-se que ao longo das últimas décadas China conseguiu avançar na melhoria dos indicadores que aferem seu desenvolvimento econômico e social. Esse processo, que se viu intensificado a partir dos anos 80, teve a colaboração das elevadas taxas de crescimento econômico acumulado pelo país nesses últimos 30 anos. Apesar de o crescimento econômico ser uma peça fundamental na promoção do desenvolvimento econômico, o mesmo não deve ser reduzido a um simples mecanismo de redistribuição de riqueza, mas sim a um conjunto de políticas que tenham como objetivo afrontar obstáculos como a extensão territorial, o espaço geográfico heterogêneo, a diversidade cultural e a população elevada. Os resultados indicam que o país avançou nos aspectos do desenvolvimento social, mas não sem limitações distributivas. Com isso, conclui-se que apesar dos avanços esperava-se que o transbordamento do elevado crescimento econômico dos últimos anos para o desenvolvimento social fosse maior e mais efetivo no que concerne ao afrontamento dos obstáculos descritos.

PALAVRAS-CHAVE: China, desenvolvimento, IDH.

A STUDY OF ECONOMIC DEVELOPMENT AND HUMAN CHINESE ABSTRACT

ABSTRACT: This article aims to analyze the process of China's development as a proxy using the Human Development Index (HDI). It is observed that over the past decades China has managed to move in improving the indicators measuring their economic and social development. This process, which saw intensified since the 80s, had the collaboration of high rates of economic growth accumulated by the country in the last 30 years. Although economic growth is a key part in promoting economic development, it should not be reduced to a simple mechanism of redistribution of wealth, but to a set of policies that aim to confront obstacles such as land area, the space heterogeneous geographical, cultural diversity and high population. The results indicate that the country has advanced in aspects of social development, but not without distributional limitations. With this, we conclude that despite advances were expected to overflow the high economic growth of recent years for social development was greater and more effective regarding the confrontation of obstacles described.

KEYWORDS: China, development, HDI.

1 Introdução

O presente artigo trata dos aspectos teóricos relacionados ao cálculo do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Deseja-se aqui contrapor os resultados estatísticos do cálculo do IDH a realidade social vivenciada pela população chinesa nos aspectos da educação, saúde e renda. Trata-se de uma investigação sobre o alcance de valores matematicamente calculados na vida da população chinesa.

Sabe-se que o Índice de Desenvolvimento Humano é formado pelos subconjuntos da saúde, educação e renda, que visam possibilitar a quantificação de variáveis não quantificáveis. Os subconjuntos são constituídos, respectivamente, pela expectativa de vida, média de anos de escolaridade, anos esperados de escolaridade e Renda Nacional Bruta per capita. Ainda que suas variáveis e a própria ideia do índice estejam imersa a críticas de diversas naturezas, o IDH possibilita um comparativo entre os países no que tange ao desenvolvimento, fazendo com que os mesmos busquem por medidas para viabilizar a melhora nos serviços sanitários, educacionais, e nas suas políticas públicas de forma a avançar na classificação no ranking realizado pelo PNUD.

O objetivo deste estudo, portanto, é analisar as mudanças nos indicadores dos serviços de educação, saúde e variação na RNB per capita nos aspectos da distribuição entre regiões rurais e urbanas de modo a refutar ou confirmar o acesso da população chinesa ao bom desempenho obtido pela China na classificação do IDH nas últimas décadas. Além disso, este trabalho busca explicar a metodologia utilizada na elaboração dos cálculos do IDH e relatar as mudanças ocorridas ao longo dos anos, juntamente as críticas feitas por diversos autores em busca de lapidar os objetivos e metodologia do índice como, por exemplo, o fato de o IDH não mensurar a qualidade da saúde, educação e renda vivenciada por um indivíduo ou família ao longo de seu ciclo de vida.

O estudo divide-se em quatro seções. Na primeira, encontra-se uma breve discussão sobre o surgimento do conceito de desenvolvimento e sua desvinculação parcial da análise de crescimento econômico, assim como a reflexão dos benefícios suscitados pelo índice. Na segunda, apresenta-se a metodologia utilizada, as limitações e também a evolução do IDH chinês. Na terceira, observa-se uma análise sobre a situação social vivenciada pelos chineses na saúde,

educação e distribuição de renda. Finalmente, na quarta seção encontram-se as considerações finais da análise proposta.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO: UMA ANÁLISE ALÉM DO CRESCIMENTO

Bresser-Pereira (2012) relata que os pioneiros da teoria do desenvolvimento econômico anunciavam estágios para o processo: 1) Os países deveriam realizar a acumulação primitiva e criar uma classe capitalista; 2) Formar um Estado Nacional e promover a industrialização; 3) Serem dotados de classe empresarial moderna, classe média profissional e classe assalariada. Os países deveriam ter instituições básicas necessárias para o crescimento e deveriam provar que são capazes de continuar crescer rapidamente e gradualmente chegar ao nível dos países ricos. Bresser questiona “O que é uma estratégia nacional de desenvolvimento?” e responde como um conjunto de valores, ideias, leis e políticas orientadas para o desenvolvimento econômico que crie oportunidades para o empresário investir e inovar.

Nos descaminhos das propostas de crescimento e desenvolvimento dos países ricos aos países pobres – Consenso de Washington – surge a observação do êxito dos países asiáticos que convenceu economistas de que apesar das diferenças culturais e econômicas havia uma alternativa aos países de renda média. Essa estratégia recebeu o nome de “novo desenvolvimentismo” por Bresser-Pereira (2012) e não se trata de uma teoria econômica, mas sim uma estratégia baseada na macroeconomia keynesiana e na teoria do desenvolvimento econômico. É possível elucidar as características acerca do antigo desenvolvimentismo e do novo desenvolvimentismo que por si já as diferem. Segundo Bresser (2012) enquanto para o primeiro o papel do estado era central na obtenção de poupança forçada e realização de investimentos, para o segundo o papel do Estado era criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas. Para os “antigos” a política industrial é central enquanto para os “novos” ela é subsidiária já que o mais importante é a consolidação de uma política macroeconômica competente baseada no equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e taxa de câmbio competitiva. Em quarto lugar, os novos desenvolvimentistas rejeitam a promoção do crescimento baseada

principalmente na demanda e nos déficits públicos. Por fim, os novos desenvolvimentistas não são complacentes com a inflação partindo da hipótese da eficiência do mercado na coordenação do sistema econômico, ainda que não tenha a mesma fé neste instrumento que um ortodoxo tradicional.

Ainda na tentativa de modelar uma definição para desenvolvimento econômico Fonseca e Mollo (2013) define que desenvolvimento é mais que crescimento da produção são mudanças estruturais que tornam esse crescimento sustentável no longo prazo e mais justo no que diz respeito à distribuição. Os autores recapitulam as principais linhas de pensamento econômico na perspectiva do desenvolvimento econômico e relatam que para a ortodoxia o papel do Estado é limitando na promoção do desenvolvimento econômico já que o crescimento depende da iniciativa privada. Já para os pós-keynesianos a política fiscal e monetária contribuem para o desenvolvimento econômico à medida que promovem o pleno emprego e aumento da produção sem gerar pressões inflacionárias. E, por fim, para os estruturalistas, os autores destacam que a política de desenvolvimento segundo o próprio Prebisch “requer um esforço deliberado de atuar sobre as forças da economia a fim de acelerar seu crescimento, não pelo crescimento em si, mas como meio de conseguir um melhoramento persistente da renda nos grupos sociais de rendas inferiores e médias, e sua participação progressiva na distribuição da renda global” (Fonseca e Mollo apud Prebisch, 2013)

Este trabalho versa por uma análise que promova ao desenvolvimento um sentido mais amplo que crescimento ainda que muito provavelmente o primeiro seja um transbordamento do segundo como relata Cunha (2012) ao descrever que o crescimento asiático está associado uma melhora na qualidade da população em geral. A ideia é que apesar da possível causalidade entre crescimento e desenvolvimento, mediada por políticas públicas, estes conceitos não são sinônimos.

A interpretação clássica de desenvolvimento o define como uma ação de incrementar algo, ampliar. Assim, a confusão que se estabeleceu no campo da economia sobre o entendimento de desenvolvimento como sinônimo de crescimento é um equívoco que atravessou a própria fronteira das ciências econômicas. A palavra desenvolvimento não remete a um conceito bem definido em si mesmo, por isso há a necessidade em trabalhar sua abrangência: desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável.

Enviado: 21/02/2014

Concluído: 24/11/2014

Diferente dos distintos trabalhos que tratam sobre desenvolvimento econômico na China, a abordagem trazida é menos comprometida com as peculiaridades dos fatores econômicos responsáveis pelo crescimento. É proposto, portanto, uma discussão mais enfocada nas políticas educacionais, sanitárias e de renda a partir da instauração da República Popular da China (RPC).

Sem caminhar pelo mundo da subjetividade do desenvolvimento econômico, tal como faz Feijó (2007) ao definir desenvolvimento como a construção das condições sociais que possibilitam a concretização das utopias pessoais, o que se propõe neste trabalho é entender o desenvolvimento como uma soma objetiva de mudanças econômicas e sociais. Em harmonia com o entendimento de Magalhães (2009), que desenvolvimento é uma escolha política e não técnica busca-se construir uma ideia equilibrada sobre desenvolvimento em que o resultado seja uma definição capaz de unificar dois elementos: política e técnica.

O conceito de desenvolvimento econômico sofreu profundas transformações ao longo do tempo deixando de ser uma simples teoria econômica de crescimento e se transformando num conjunto de ideias, valores, instituições, medidas, metas, indicadores e políticas fomentadas por um país em via de promover a renda per capita média e fazer frente aos confrontos políticos e econômicos dos países desenvolvidos (Bresser-Pereira, 2012). Nesse sentido, o desenvolvimento pode ser definido “como um processo histórico autossustentado de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico, aumento da produtividade e melhoria dos padrões de vida (...)” (Bresser-Pereira, 2008)

Na verdade, os efeitos do desenvolvimento econômico são cada vez mais “palpáveis” já que existe uma busca em construir indicadores confiáveis para mensurá-lo como o índice de Gini, IDH, PISA. Há, portanto, uma diversidade de posicionamento com relação ao tema: Por um lado, existe uma literatura que anseia levar o conceito de desenvolvimento econômico para um campo mais subjetivo, no sentido de contrastar satisfação, liberdade, direitos, democracia, paz, entre outros. Por outro, há uma corrente que analisa o desenvolvimento econômico a partir de uma ótica materialista que busca mensurar todas as dimensões possíveis das melhoras materiais pelas quais uma sociedade atravessa.

Visando mensurar de maneira mais concreta o impacto do desenvolvimento econômico sobre o desenvolvimento humano foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O índice foi desenvolvido por Mahbub ul Haq e, posteriormente contou com a colaboração do

economista indiano Amartya Sen. Desde 1993 a ONU, através do Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento – PNUD, publica anualmente o indicador. Critico da metodologia que utilizava única e exclusivamente a renda per-capita como avaliador do desenvolvimento, Mahbud ul Hap atentava-se ao esquecimento dos economistas de que a finalidade das políticas desenvolvimentistas deveria ser o homem. Com isso, o IDH foi criado para representar o bem-estar humano tanto a nível nacional quanto regional (BAGOLIN, 2004).

A criação do IDH foi motivada por formas substantivas, estatísticas e políticas. A motivação substantiva refere-se à criação de um único valor, assim como era o PNB per capita, mas que caracterizasse além da situação econômica a situação social da população. A motivação estatística refere-se à atração da atenção de formuladores de políticas, acadêmicos e até mesmo da comunidade para os dados existentes através da formulação de um único índice que os contemplasse. A motivação política está relacionada à criação de uma competitividade saudável entre os países, estimulando que os mesmos busquem por melhores classificações no ranking (JAHAN, 2000).

A elaboração do IDH contou com alguns princípios norteadores: Ser um índice que visa mensurar o conceito básico de desenvolvimento humano; Possuir um número restrito de variáveis; Ser flexível a críticas de forma que seja passível de adaptações; entre outros. Aliando estes fatores a simplicidade de elaboração do índice, o IDH passou a ser adotado como parâmetro de desenvolvimento em diversos países tornando-se um indicador mundialmente conhecido com influencia na tomada de decisão das políticas públicas e na definição do destino de recursos (BAGOLIN, 2004).

3 METODOLOGIA DE ESTIMAÇÃO DO IDH

O IDH apresenta uma variação entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de um melhor o desempenho¹ do país. O índice passou por um processo de reestruturação da sua metodologia em 2010. Dessa forma, há duas metodologias a serem analisadas.

¹ É importante destacar que este método buscar estabelecer uma relação relativa de desenvolvimento, ou seja, ao invés de estipular um valor ideal que talvez nenhum país pudesse se enquadrar, ele estabelece como ponto “ideal” o país mais bem colocado dentro de um conjunto de países.

3.1 – Velha metodologia do IDH

O índice era composto por três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, grau de instrução e padrão de vida. As dimensões são compostas por indicadores que matematicamente manuseados e aglomerados formam um índice único, o IDH.

- Longevidade mensurada pela expectativa de vida ao nascer, compondo o índice da expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é composto pelos indicadores da taxa de alfabetização e da taxa de matrícula combinada, que envolve o ensino primário, secundário e terciário, que sintetizados formam o índice de educação;
- Renda medida pelo PIB per capita em PPC², formando o índice PIB.

O cálculo do IDH é feito de maneira que se encontre, primeiramente, cada um dos três índices (educação, saúde e renda) e em sequencia calcule o valor do IDH a partir da média aritmética dos valores estimados. É importante destacar que todas as informações utilizadas no cálculo do IDH são geradas pelos órgãos oficiais de cada país.

3.2 Metodologia utilizada a partir de 2010 para o cálculo do IDH

Em 2010 o IDH foi reestruturado metodologicamente devido à necessidade de se aperfeiçoar perante as críticas construtivas que surgiram ao longo dos anos. A própria relação de simplicidade do índice, um fato proposital, levou a considerações sobre a aplicação de certa complexidade ao indicador.

A renda per capita passou a ser calculada a partir da Renda Nacional Bruta ao invés de Produto Interno Bruto penalizando os países em desenvolvimento. Outra alteração importante no

² O IDH utiliza o método da Paridade do Poder de Compra (PPC) ou Paridade do Poder Aquisitivo (PPA) para estimar a renda per capita. Este método, em comparação com o método da taxa de câmbio nominal, proporciona uma medida mais “real” do verdadeiro poder de compra.

cálculo do IDH foi à estimação a partir do *cálculo da média geométrica dos indicadores que compõe o índice*. Essa mudança interfere na substituição perfeita entre os indicadores e enfatiza a extremidade inferior dos mesmos tendo em vista que qualquer variação diminutiva já não pode mais ser compensada por pequenos aumentos nos outros indicadores como ocorria quando se utilizava a média aritmética.

$$\text{IDH} = [(\text{Índice de saúde}) * (\text{Índice de educação}) * (\text{RNB per capita})]^{1/3}$$

Outras mudanças: (1) Expectativa de vida passou de 25 para 20 anos. A justificativa para a mudança deve-se ao fato de que se a expectativa de vida não atinge 20 anos a sociedade pode estar sujeita ao desaparecimento dado que esta é a idade reprodutiva.

(2) Taxa de matrícula combinada e taxa de alfabetização dos adultos foram substituídas pela média de anos de escolaridade e pelos anos esperados de escolaridade. O cálculo do índice de educação também sofreu modificações não ponderando de forma desigual seus indicadores como antes. Este índice passou a ser calculado como a raiz quadrada do índice de expectativa de anos na escola multiplicado pelo índice da média de anos dividido pelo maior valor observado no período.

(3) Alterações no cálculo do índice de renda, que passou a ser calculado utilizando o logaritmo natural. A justificativa para o uso de logaritmo é que o mesmo expressa melhor o fato de uma pequena variação na renda ter maiores impactos para a população mais pobre que para a população mais abastada.

Uma característica importante das variáveis consideradas na formulação do IDH é que o índice enfatiza as capacidades mais básicas da população e, caso essa seja a intenção do indicador, enobrece-o já que a sobrevivência é a condição prévia para a contemplação de qualquer outra capacidade (ANAND, SEN, 1994).

3.3 LIMITAÇÕES A MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

No que se refere aos indicadores de desenvolvimento humano o IDH é o mais utilizado a nível internacional para se identificar o grau relativo de desenvolvimento humano entre regiões. O IDH é mais um índice dentro de um amplo conjunto de indicadores de desenvolvimento

existente: Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG), Índice de Pobreza Humana (IPH), Multidimensional Índice de Pobreza (MIP).

Os críticos do IDH podem ser divididos em dois grupos: o primeiro representa uma visão generalista e o segundo um olhar mais estreito, pautado na satisfação das necessidades básicas. Os primeiros estão preocupados com o aumento da qualidade de vida, direitos humanos, liberdade de expressão, entre outros. Já o segundo, enfatiza a necessidade de satisfação do bem-estar e das necessidades básicas, como limpeza e segurança (QIZILBASH, 2002).

Muito se têm discutido sobre a eficiência do IDH a partir do seu método de pesos iguais para as variáveis referentes à educação, renda e saúde (QIZILBASH, 2002). Mas não se pode perder que o maior avanço da criação do IDH na década de 90 não foi o seu método matemático em si, que poderia ser debatido, mas o mérito de ter desviado a preponderante e excessiva atenção dada pela teoria econômica, principalmente a partir dos anos 50, ao crescimento econômico (KLUGMAN, RODRÍGUEZ, CHOI, 2011). Neste aspecto é importante notar que a formulação da nova metodologia a partir de 2010 buscou sanar exatamente aos clamores destes críticos.

As críticas recebidas pelo IDH ultrapassam as limitações matemática do índice e atingem aspectos ligados à ponderação de variáveis tais como liberdade política, sustentabilidade, felicidade e direitos humanos. Ou seja, existe uma discussão sobre a qualidade das dimensões utilizadas como essenciais para a elaboração do índice. (KLUGMAN, RODRÍGUEZ, CHOI, 2011). No entanto para Soares (2010) o questionamento a ser feito quanto às dimensões usadas na elaboração do índice deve priorizar a definição de desenvolvimento adotada, que pode ser entendido como um posicionamento crítico a crítica anteriormente relatada.

O índice também sofre com limitações na capacidade de mensurar as diferenças entre países industrializados e países avançados e também é falho no que diz respeito à qualidade dos números que representa. Na educação, por exemplo, mede-se a taxa de matrícula e alfabetização da amostra, mas não se apresenta dados a respeito da qualidade oferecida. A saúde também sofre com o parâmetro do IDH, pois ao apresentar a longevidade média de um país, o índice não reflete sobre a saúde mental e psíquica das pessoas ao longo do seu ciclo de vida (KLUGMAN, RODRÍGUEZ, CHOI, 2011).

Para Jahan (2000) o IDH não representa um índice perfeito já que não considera todas as dimensões do desenvolvimento sendo, portanto, incapaz de fornecer uma visão abrangente do tema. No entanto, para o autor o índice deve permanecer simples, ser constantemente aprimorado, refletir como mensurar mudanças de curto prazo e contar com dados novos que sejam mais confiáveis sem representar necessariamente um índice inquestionável.

3.4 Desenvolvimento humano chinês: Uma análise do IDH da China

3.4.1 Breve compreensão do modelo de desenvolvimento econômico chinês

Segundo Medeiros (1999) o processo de desenvolvimento econômico chinês se deu através da dinâmica de atração de capitais proporcionada pelo contexto geopolítico e macroeconômico chinês dos anos 80 e pelo fomento do mercado interno como outra via da dinâmica do capital internacional com relação ao país. Conforme o autor, a conquista do mercado interno chinês se deu em contexto de acirramento da concorrência oligopolista mundial. O desenvolvimento a convite e a guerra comercial norte-americana com japoneses foram fatores que combinados pelo Estado chinês deram início a transformações na estrutura produtiva que não se voltava exclusivamente ao mercado externo, mas também ao desenvolvimento do mercado interno, permitindo-se falar na existência de dois regimes (proteção mercado interno – tarifária e natural do território - e estímulo as exportações – ZEEs).

Ainda segundo Medeiros (1999) a China teve um elevado crescimento do nível de investimento, das exportações e do PIB além de avanços no processo de urbanização, expansão no nível de emprego, melhorias na distribuição de renda e redução da pobreza, ou seja, mudanças de cunho social viabilizadas por meio do processo de crescimento. No entanto, a partir dos anos noventa foi possível observar crescimento da desigualdade regional e início de novos desafios políticos, econômicos e sociais de acordo com o autor.

Antes de introduzir a análise dos avanços do IDH na China, representando aqui uma proxy do avanço no desenvolvimento sociais do país, cabe apresentar uma observação no que tange a função do Partido Comunista Chinês:

“(…) caberia ao Partido Comunista representar as necessidades de desenvolvimento das forças produtivas chinesas, o desenvolvimento da cultura chinesa, e os interesses fundamentais da maioria da população chinesa. Por meio desses princípios, o desenvolvimento econômico, buscado por meio de reformas e maior abertura, deve ser compreendido como o principal objetivo instrumental (ou intermediário) do governo chinês. Até porque o crescimento acelerado e a geração de empregos são condições necessárias para a estabilidade social.(…)” (CUNHA, 2011)

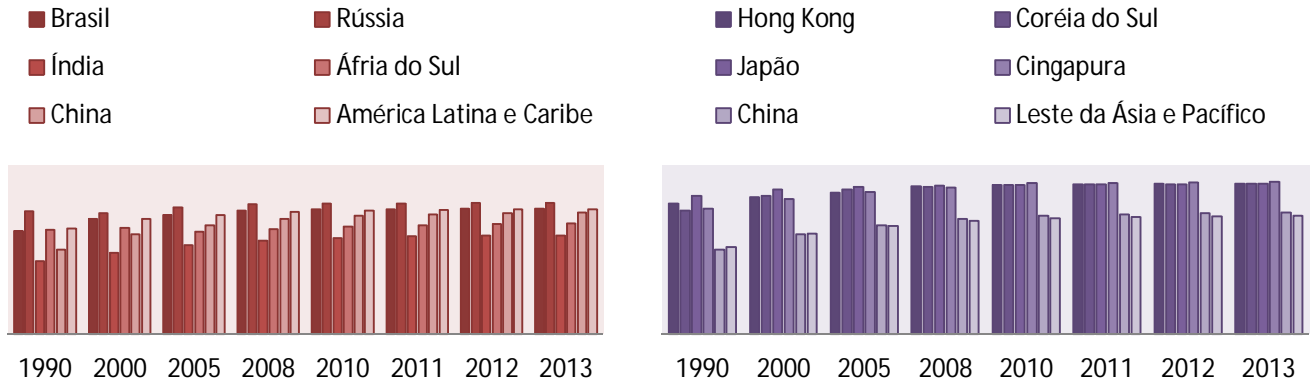
3.4.2. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) chinês

Os dados sobre desenvolvimento humano na China têm mostrado que desde 1980 o país consegue diminuir lentamente a distância do seu índice em relação à média mundial. O desenvolvimento humano chinês saltou de um valor próximo de 0,404 em 1980 para 0,687 em 2011, ou seja, em duas décadas o gigante asiático conseguiu superar a diferença de 0,154 pontos que existia entre a média mundial e a chinesa. Como pode ser visto no gráfico 1, em termos dos países dos BRICS³, China superou muitas de suas diferenças apesar de em 2013 estar atrás da média da América Latina e do Caribe, da Rússia e do Brasil. No que diz respeito ao crescimento do IDH chinês relativo ao IDH dos Tigres Asiáticos⁴ mais o Japão, o país só superou a média do Leste Asiático e do Pacífico, que considera uma gama de países subdesenvolvidos, ou seja, apesar dos avanços existe uma distância a ser superada ainda.

Gráfico 1: IDH chinês comparado com BRICS (esquerda) e Tigres Asiáticos mais o Japão (direita)

³A sigla BRICS é um acrônimo que se refere aos países membros (Brasil, Rússia, Índia, China e à África do Sul), que juntos formam um grupo político de cooperação.

⁴Taiwan não foi registrada por não ter seu indicador de desenvolvimento calculado pelo PNUD.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PNUD.

A grande questão é que não foi o IDH do mundo que deixou de crescer, mas sim o IDH chinês que avançou desvairadamente nas últimas décadas superando, em 2013, a média de desenvolvimento do mundo (0,702) e da Ásia e Pacífico (0,703) e sendo menor que a média da Europa e Ásia Central (0,738) e da América Latina e Caribe (0,740). Nota-se uma evolução contínua dos indicadores do IDH desde 1980 na República Popular da China, como pode ser observado na tabela 1. No entanto, cabe ressaltar que mesmo tendo avançado nas últimas décadas o país encontrava-se na posição 93 do ranking⁵ em 2013 com IDH de 0,719. Destaca-se que a média de crescimento do IDH chinês entre os anos 1980 e 1990 foi de 1,72%, de 1990 para 2000 foi 1,66% e de 2000 a 2013 foi de 1,52%, ou seja, China continuou crescendo ao longo das últimas décadas, mas a passos mais lentos.

Tabela 1: Evolução dos parâmetros do IDH Chinês (1980-2011)

Anos	Expectativa de vida ao nascer	Anos esperados de escolaridade	Média de anos na escola	RNB per capita (2005 PPP \$)	IDH	IDH
					(Metodologia 2010)	(Metodologia 2009)
1980	67.0	8.3	3.7	530	0,404	0,533
1985	68.3	8.2	4.3	803	0,448	0,556
1990	69.4	8.9	4.9	1.115	0,49	0,608
1995	70.4	9.1	5.7	1.802	0,541	0,657
2000	71.2	9.8	6.6	2.642	0,588	0,719

⁵ O ranking conta com 187 países.

2005	72.1	10.7	7.1	4.130	0,633	0,756
2010	73.2	11.6	7.5	6.856	0,682	-
2011	73.5	11.6	7.5	7.476	0,687	-

Fonte: Human Development Report, 2011

Neste contexto, saber como a China melhorou seus indicadores torna-se além de uma curiosidade, uma necessidade, para os outros países que queiram subir pela mesma escada. É necessário, portanto, estudar as micro reformas politicamente implementadas pelo país nas áreas de educação, saúde, e economia.

4 REFORMAS CHINESAS E SEUS IMPACTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

4.1 Reformas Educacionais em China

Ao longo das últimas décadas China tem canalizado esforços no sentido de reformular seu sistema educacional para que este garanta o processo de crescimento em andamento. Suas reformas têm sido orientadas mais aos processos produtivos que contribuam à manutenção do crescimento econômico do que a formação cidadãos críticos. Com relação ao debate em torno do papel da educação Tsang (2000) destaca que a educação na China é tanto uma via para a solução de problemas sociais quanto um poderoso instrumento de ampliação dos interesses do Estado.

O decreto de No. 38, promulgado 1986 pelo congresso da República Popular da China, reforça a ideia anterior ao instaurar a *Lei de Educação Obrigatória* a todos os chineses. Este decreto passou a regular, em seu artigo terceiro, o ensino obrigatório, a orientação da política estatal de educação para melhoria da qualidade do ensino de forma a estabelecer as bases para a melhoria da qualidade da nação inteira e para a propagação de cidadãos bem-educados e disciplinados do socialismo com altos ideais e integridade moral. A lei também faz referência à obrigatoriedade educacional para crianças, independente da nacionalidade, sexo ou raça. Seu Artigo 13 faz referência ao Estado que deve tomar medidas para reforçar e desenvolver escolas normais e faculdades a fim de acelerar a formação de professores garantindo que todos os

professores primários tenham recebido pelo menos o ensino secundário normal e que todos os professores do ensino médio júnior⁶ recebam uma formação mínima.

Outras reformas também entraram em vigor com o passar dos anos. Em 1996 foi implementada a *Lei de Educação Profissional da República Popular da China*. Esta lei tem por finalidade, de acordo com seu artigo primeiro, implementar a estratégia para a revitalização do país por meio da ciência, do desenvolvimento da educação profissional, melhoria da qualidade dos trabalhadores e do esforço à modernização socialista. Em 1998, China aprovou a *Lei de Educação Superior da República Popular da China* que objetiva, de acordo com seu artigo primeiro, desenvolver o ensino superior, implementar estratégia de desenvolvimento no país e promover o material socialista e progresso ético. Esta lei, de acordo com o artigo quinto visa formar pessoas para o desenvolvimento da tecnologia, ciência, cultura e modernização do socialismo.

Dada a grande demanda por vagas nas escolas e universidades, o governo em 2002 a *Lei que regulamentou a gestão privada das escolas na China*, essa medida ganhou adesão das classes endinheiras e ansiosas por proporcionar a seus filhos um ensino melhor e diferenciado.

Em 2006, de acordo com declaração realizada pelo primeiro-ministro Wen Jiabao em um evento organizado pela UNESCO, quatro principais tarefas serão priorizadas na agenda de trabalho da educação: ampliar a escolaridade obrigatória, o ensino profissional, a eliminação do analfabetismo e o desenvolvimento da educação em áreas rurais. A intenção é que o país estabeleça até nove anos de educação gratuita em 2010 para as áreas rurais e até 2015 para toda a China.

A educação chinesa passou por crises de eficiência e voltou a receber atenção apenas quando a falta de qualidade dos profissionais chineses foi percebida como um problema,

⁶ O sistema educacional chinês encontra-se segmentado da seguinte maneira: Educação Pré-Primária (dos 3 aos 5 anos), Educação primária (dos 6 aos 11 anos), Educação fundamental Comum e Educação fundamental Profissionalizante (dos 12 aos 14 anos), Ensino médio comum e Educação secundária profissionalizante (dos 15 aos 17 anos), Ensino superior – graduação- ou elevada educação profissionalizante (dos 18 aos 21 anos), Mestrado (dos 22 aos 24 anos) e Doutorado (dos 25 aos 27 anos). Nota-se que os nove anos de educação obrigatória, gratuita, encontra-se dos 6 aos 14 anos, ou seja, na educação primária e fundamental (Comissão Nacional chinesa da UNESCO, 2008).

destacando 1980 com o avanço da industrialização e falta eminente de profissionais técnicos (TSANG, 2000). O governo chinês, então, buscou incentivar o desenvolvimento das áreas básicas e do ensino profissionalizante, destacado por Martinson (1993) como uma mudança de ênfase da educação ideológica para a educação profissionalizante.

O Estado chinês criou um sistema educacional mais competitivo e impôs um processo seletivo para a entrada na universidade⁷, de maneira que uma faixa de conhecimento mínima é necessária para ingressar no ensino superior. Nas últimas décadas, observa-se que os alunos chineses apresentam muito empenho e dedicação na busca por uma cadeira na universidade, este esforço é partilhado com as famílias que passaram a utilizar todos os seus recursos financeiros para auxiliar os filhos com os estudos, na verdade os pais vêm à educação como um caminho para o êxito profissional e financeiro dos filhos.

O PISA – Programa para Avaliação Internacional dos Estudantes – é um estudo lançado pela OCDE desde 1997 que avalia os sistemas de ensino em todo o mundo a cada três anos com base nos parâmetros leitura, matemática e ciências. Três regiões na China participam do programa: Xangai, Macau e Hong Kong. No ano de 2009, Xangai obteve a melhor média, mundial, nos três quesitos avaliados pelo programa e Hong Kong com a quarta colocação na área de leitura e a terceira na área de matemática e ciências. No caso de Hong Kong, os bons resultados no PISA permitem avaliar que não apenas as variáveis quantitativas do índice de educação têm aumentado, mas também, a qualidade da educação, sanando possíveis críticas que a variável do IDH poderia vir a receber.

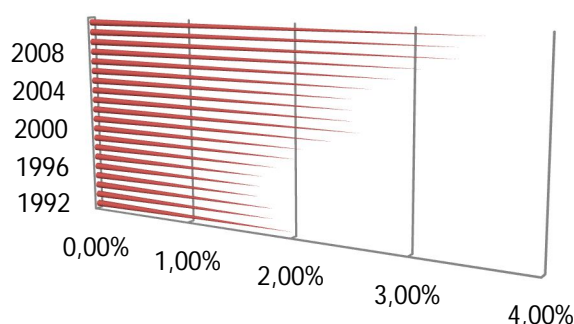
Segundo informes do governo, a educação chinesa também tem dado ênfase em proteger cultura local em regiões de minorias étnicas (que vivem nas regiões de Yinchuan, Xinjiang, Tibet), estimulando, para isso, o ensino bilíngue em que os alunos aprendem o mandarim e a língua local. No entanto, na prática, latentes conflitos ainda podem ser observados entre a etnia Han, que representa 91% da população chinesa, e as minorias que tentam manter seu dialeto, religião e costumes.

De acordo com Tsang (1996) em 1985 ocorreu uma reforma financeira na educação caracterizada por dois aspectos: Descentralização e diversificação. A autora definiu a

⁷ O GaoKao (高考) é o maior vestibular do mundo. Nele mais de 10 milhões de candidato se apresentam a cada ano.

descentralização como “responsabilidade local”, ou seja, os governos locais passaram a ser responsáveis pelo fornecimento e financiamento da educação primária e secundária, em que diferentes níveis de ensino são fornecidos por diferentes níveis de governo. Já o termo *diversificação* é caracterizado pela ampliação da base de receitas do governo para a educação, através de sobretaxas na educação nas áreas urbanas e criação de impostos para a educação nas áreas rurais e aumento de recursos não governamentais para manter o funcionamento das escolas, que se compõe basicamente por doações ou “contribuições sociais”.

Gráfico 2: Proporção dos gastos do governo com educação sobre o PIB (1992-20)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do National Bureau of Statistics of China

Dados de 1999 demonstram uma estatística de gastos com a educação de 13% do total de gastos do governo são com a educação. No entanto, esse valor representava apenas 2,02% do PIB como pode ser visto no gráfico 2. Sendo que mais da metade dos gastos concentram-se nas escolas primárias e secundárias. China apresenta, portanto, uma evolução nos gastos com educação como percentual do PIB, mas que ainda ficou na base dos 3,55% do PIB em 2011 – visto no gráfico 2- ainda que os dados analisados em termos variação com base no ano de 1992 apresentam que o gasto sobre o PIB cresceu 77% até o ano de 2011.

Tabela 2: Gastos públicos (correntes e em capital) em educação como percentual do PIB

	1990	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Coréia do Sul	3,3	-	4,1	4,2	4,2	4,8	5	-	-	5,0
Hong Kong	2,5	-	4,1	3,8	3,5	3,3	4,4	3,5	3,4	3,4
Japão	-	3,6	3,5	3,5	3,5	3,4	-	3,8	..	3,8
Cingapura	-	3,4	-	-	-	2,8	3,3	3,5	3,2	3,3

Enviado: 21/02/2014

Concluído: 24/11/2014

Fonte: Elaboração a partir do PNUD.

Os dados da educação como percentual do PIB também são divulgados pelo PNUD como pode ser visto na Tabela 2. Apesar dos dados para a China não estarem disponíveis, analisando os resultados encontrados utilizando o site de estatística oficial do país em conjunto com os dados divulgados pelo PNUD em um comparativo com os Tigres Asiáticos⁸ e o Japão⁹, nota-se que a China em 2008 apresentava 3,08% dos gastos com educação sobre o PIB um valor mais alto apenas que Cingapura para o mesmo ano. No entanto, em 2011 o país apresentou 3,55% de razão dos gastos com educação sobre PIB, novamente em um comparativo com os dados do PNUD, o país teria passado também Hong Kong (3,4%) – Esse fator não pode ser de fato evidenciado por se tratarem de base de dados diferentes, no entanto, o avanço representa uma redução na fronteira educacional da China em termos de países com aspectos semelhantes no que diz respeito ao processo de desenvolvimento.

4.2 SAÚDE NA CHINA

O índice de saúde foi o principal responsável pelo aumento do IDH em 2011 apresentando valores consideravelmente elevados com relação aos outros componentes (índice de saúde: 0,843; índice de educação: 0,623; Renda: 0,618), além do aumento constante pelo qual tem passado de 1980 a 2011, de 0,742 para 0,843, respectivamente. No entanto, questiona-se a qualidade da saúde que efetivamente é oferecida aos cidadãos, pois, sabe-se que o indicador mensura apenas a expectativa de vida, que não necessariamente representar uma síntese do sistema de saúde, qualidade de vida das pessoas, acesso a remédios, disponibilidade de profissionais qualificados para o atendimento, entre outros.

China tem demonstrado preocupações com as questões sanitárias, já que uma epidemia poderia levar a centena de milhares de mortes. Algumas providências jurídicas podem ser observadas como a aprovação em 2004 da *Lei de Prevenção e Tratamento de Doenças Infecciosas*, em que se propõe, principalmente, o tratamento de doenças infecciosas e a criação de

⁹ O Japão foi incluído devido ao mesmo ter sido líder do desenvolvimento regional até a emergência da China.

programas para a prevenção, controle e extinção dessas doenças. Já em 1995 a *Lei de Higiene Alimentar*, propôs em seus termos gerais a segurança na qualidade de fornecimento de alimentos para a população. Em 1997 foi aprovada a *Lei sobre Doação de Sangue*, que visa propagar a doação de sangue entre cidadãos de 18 a 55 anos, assim como proteger os doadores e usuários.

O sistema de saúde pública na China tem sido severamente criticado devido ao seu sucateamento, dado que pode ser comprovado pela queda no número dos hospitais públicos que entre 1996 e 2000 - passou de 67.556 para 62.968 hospitais - concomitante ao aumento no número de camas hospitalares (macas) que saltaram de 2.834.000 para 2.955.000. Outro dado alarmante refere-se à desproporção dos profissionais da área de saúde, a quantidade de médicos, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas, ultrapassam a quantidade de enfermeiros, tornando dispendiosa a manutenção do sistema de saúde. Entre 1987 e 2005 a média mundial foi de 1,7 médicos para cada mil pessoas e na China a média foi de 1,51 médicos por mil pessoas, um valor ainda abaixo da média geral. No Brasil a média é de 2,01 médicos para cada mil pessoas, na Rússia de 4,25 médicos por mil pessoas, na Índia de 0,6 médico por mil pessoas e na África do Sul de 0,77 médicos por mil pessoas.

A China, para muitos temas, pode ser particularizada em suas diversas e divergentes regiões. No que diz respeito às questões sanitárias, a situação não é diferente. Algumas doenças se devem a pouca infraestrutura socioeconômica de determinadas regiões como a esquistossomose, diarreia, cólera e malária. A China enfrentou uma árdua batalha contra a esquistossomose que para Caban (2007) foi fruto de duas ações: privatização do financiamento da saúde e devido aos projetos de construção de hidrelétricas e barragens¹⁰. O autor destaca o fato de a China ser o único país do Oeste-asiático a cobrar pelas vacinações de rotina e traz a crítica de que nos últimos 20 anos de reformas o país só tem voltado seus recursos no desenvolvimento econômico. Em 2009, China apresentava 1.425.020 pessoas com hepatite viral, 14.098 com malária, 3.52 mortes com esquistossomose, 305 com dengue, entre outras. A maior causa de mortes em 2009 foi causada pela AIDS, com 6.596 mortes.

¹⁰ Só na construção da hidrelétrica de três gargantas se estima que mais de 1,5 milhão de pessoas foram evacuadas de suas casas.

A taxa de mortalidade materna é outro indicador da desigualdade de acesso à saúde entre os centros urbanos e rurais em China. A cada 100.000 mães 42,7 morriam nas áreas urbanas e 97,9 nas áreas rurais em 1992. Nas décadas seguintes a diferença foi mitigada e fechou em 2009 com 26,6 mortes maternas nas áreas urbanas e 34 nas áreas rurais. A taxa de mortalidade em crianças menores de cinco anos também representa a diferença abrupta existente entre o campo e a cidade. Em 2009, 7,6% das crianças com menos de cinco anos morreram nos centros urbanos, já nos centros rurais o valor representava quase o triplo, com 21,1% de morte.

Wen (2009) analisou os custos crescentes presentes na aquisição dos serviços de saúde pela população chinesa. O autor analisa a política do governo de redução dos gastos públicos e liberalização da cobrança acima do preço de atacado por farmácias e hospitais em produtos ou serviços com alto teor tecnológico visando à geração de fonte de receitas para os hospitais. Com a instalação da medida dois problemas ficaram eminentes: falta de medicamentos mais básicos nas farmácias e custos maiores e cada vez mais inacessíveis aos usuários, o autor analisa que 50% dos custos dos serviços são financiados pelo próprio usuário.

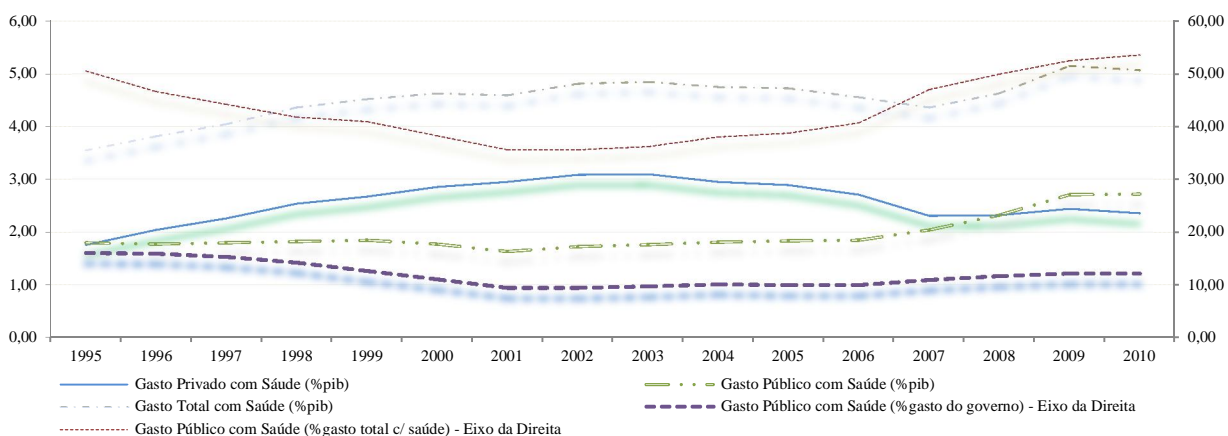
A taxa de natalidade e a expectativa de vida representam outras formas de mensurar as condições sanitárias de um país. Tradicionalmente o desenvolvimento de um país resulta em menores taxa de natalidade a aumento da expectativa de vida. Em 1971 a China aplicou a norma do filho único, aplicando medidas legais para o controle da natalidade, fator de mudança na cultura chinesa acostumada a mais de um filho por família e teve, com isso, sua estrutura familiar modificada para 4:2:1 que são os avôs e avós paterno e materno, os pais e os filhos (JIAO, JI, JING, 1996). China tem mantido sua taxa de natalidade abaixo da taxa de natalidade mundial, estando com 7,5 nascidos para cada mil pessoas em 2010 e estabilizando, entre 2006 e 2010, em 12 nascidos para mil pessoas, valor significativamente mais baixo que de 1982, quando era de 22 nascidos para cada mil. Comparada ao Brasil, ainda que a China tenha a maior população do mundo manteve no período de 2002 a 2010 taxas de natalidade menor que a brasileira. Com relação à expectativa de vida, China mantém seu indicador acima da média mundial. A expectativa de vida para os homens chineses atingiu os 71,6 anos em 2010, contra a expectativa média de 67,6 anos do mundo, e 69,7 anos no Brasil.

É provável que uma taxa de expectativa média de vida acima da taxa mundial, atrelada, por exemplo, a uma menor taxa de médicos por habitante, seja explicada pela ampla utilização da

medicina milenar chinesa. As envolvidas diferenças culturais entre Ocidente e Oriente também podem ser observadas na interpretação da medicina e da cura em si. A Medicina Tradicional Chinesa (MTC) de acordo com Fróiov (2012) baseia-se na filosofia oriental, na observação das respostas aos estímulos que o corpo humano pode ser exposto. A autora relata que para MTC o corpo é constituído de canais de energia conhecidos como meridianos e que a saúde do corpo depende da harmonia do yin e yang. A MTC se expandiu, principalmente, pelas práticas terapêuticas da acupuntura, embora envolva outras técnicas como a fitoterapia e a massagem. Pode-se observar que os institutos hospitalares especializados na MTC aumentaram no período de 1978 a 2009, variando de 447 instituições para 2728, respectivamente.

O sistema de saúde na China foi analisado por Claeson, Wang, Hu (2004) que destacaram alguns questionamentos sobre a relação do governo com a saúde pública, como por exemplo: financiamento, planejamento, gestão competente, monitoramento, análise, promoção, capacidade do governo de dar acessibilidade aos cidadãos à saúde, participação social, entre outros. Os autores também descreveram sobre a estrutura do sistema de saúde chinês que está organizado em três camadas, a exemplo da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: nível provincial, cidade ou prefeitura e o conselho. Também, foi destacada a descentralização da gestão e do financiamento da saúde, principalmente após 1994, de forma que as instituições de saúde pública, já descentralizadas, passaram a ser gerenciadas pelo governo local enquanto o Centro de Prevenção e Controle de Doenças, que está gerido pelo governo central, tem apenas papel de assistência técnica. Estes são fatores que podem ser a causa da diminuição do gasto do governo central com saúde e aumento dos gastos provinciais.

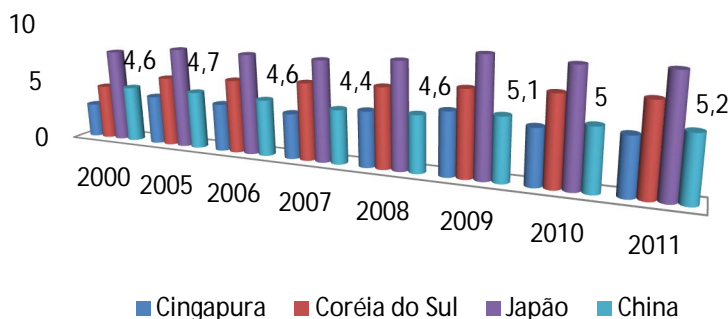
Gráfico 2: Gastos com saúde em China



Fonte: Banco Mundial

O gráfico 2 possibilita a observação da série dos gastos com saúde em que é possível analisar a queda dos gastos públicos acompanhada por uma elevação gastos privado com a saúde, em termos percentuais do PIB, entre 1995 e 2007, aproximadamente. A porcentagem de gastos do governo gasta com saúde também apresentou queda entre 1995 e meados de 2000 apresentando sensíveis variações para períodos posteriores. Assim, percebe-se que apesar de amplas reformas aplicadas ao sistema de saúde, o governo só voltou a direcionar sua política de gastos neste aspecto entre os anos 2006 e 2008, fator que não inibe os avanços conquistados em épocas anteriores a este período.

Gráfico 3 : Despesa total com saúde como percentual do PIB (%)¹¹



Fonte: Elaboração a partir de dados do PNUD

O Gráfico 3 ¹² abrange a despesa total com saúde como a soma das despesas de saúde pública e privada. Ele abrange a prestação de serviços de saúde (preventivos e curativos),

¹¹ Rótulos de dados disponíveis no gráfico referem-se a China.

atividades de planejamento familiar, atividades de nutrição e ajuda de emergência destinados a saúde, mas não incluem o fornecimento de água e saneamento, conforme informa o site oficial do PNUD. No gráfico 3 pode-se notar que os gastos com saúde como percentual do PIB não variou muito ao longo dos anos retratados na China, que pode representar pouco avanço na melhoria da infraestrutura do sistema de saúde, ficando aquém de países como Coréia do Sul e Japão.

4.3 CRESCIMENTO DA RENDA

Em busca de analisar se houve distribuição do crescimento observado no índice de renda, analisam-se as oscilações na posse de bens de consumo duráveis. É possível observar um aumento no número de refrigeradores e máquinas de lavar roupas no período de 1990 a 2011. No mesmo período também é possível notar um aumento no consumo de motocicletas simultâneo a diminuição da propriedade de bicicletas. O consumo de televisores também sofreu alterações no período, passando por um refinamento dos padrões de consumo dos televisores preto e branco para os coloridos. O computador, peça fundamental de disseminação do conhecimento, cultura e informação também apresentou um crescimento em 2011 de quase oito vezes o valor observado em 2000. O telefone fixo também sofreu com as mudanças no padrão de consumo reduzindo sua participação na posse de bens de consumo duráveis no meio urbano enquanto crescia a participação dos celulares. Na tabela 3 apresenta-se a posse de bens de consumo duráveis por 100 famílias urbanas e rurais ao final de cada ano, nela podem-se analisar as mudanças de gosto e acesso.

A grande questão é inferir a respeito da desigual distribuição dos frutos do progresso chinês. Nota-se pela tabela 3 que tanto o meio urbano quanto o meio rural aumentaram a posse por bens básicos e até essenciais dependendo o país que se faça a comparação. Mas a posse do meio rural ainda é muito inferior ao urbano e o bem mais impactante que demonstra esse fato é o computador já que a cada 100 famílias urbanas em 2011 quase 82 tinha um computador enquanto no meio rural o valor cai para apenas 18 pessoas.

¹² Hong Kong não aparece no gráfico devido a indisponibilidade dos seus dados no PNUD.

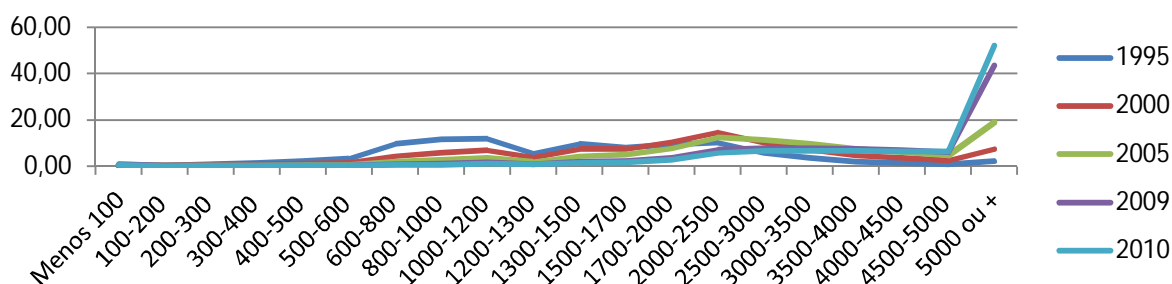
Tabela 3: Posse de Bens de Consumo Duráveis Por 100 famílias urbanas e rurais ao final de cada ano

Item	1990		1995		2000		2005		2010		2011	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Motocicleta (unidade)	1,94	0,89	6,29	4,91	18,8	21,94	25	40,7	22,51	59,02	20,13	60,85
Máquina de Lavar Roupas (set)	78,41	9,12	88,97	16,9	90,5	28,58	95,51	40,2	96,92	57,32	97,05	62,57
Geladeira (conjunto)	42,33	1,22	66,22	5,15	80,1	12,31	90,72	20,1	96,61	45,19	97,23	61,54
Cor Televisor (set)	59,04	4,72	89,79	16,92	116,6	48,74	134,8	84,08	137,43	111,8	135,15	115,46
Câmera (set)	19,22	0,7	30,56	-	38,4	-	46,94	4,05	43,7	-	44,48	-
Condicionador de Ar (set)	0,34	-	8,09	-	30,8	1,32	80,67	6,4	112,07	16	122	22,58
Aquecedor de água para o chuveiro (set)	-	-	30,05	-	49,1	-	72,65	-	84,82	-	89,14	-
Computador (set)	-	-	-	-	9,7	0,47	41,52	2,1	71,16	10,37	81,88	17,96
Câmera de vídeo (set)	-	-	-	-	1,3	3,12	4,32	-	8,2	5,17	9,42	4,55
Micro-ondas (set)	-	-	-	-	17,6	-	47,61	-	59	-	60,65	-
Equipamentos de Saúde (set)	-	-	-	-	3,5	-	4,68	-	4,24	-	4,09	-
Mobile Telefone (set)	-	-	-	-	19,5	-	137	-	188,86	-	205,25	-
Telefone (set)	-	-	-	-	-	26,38	94,4	58,37	80,94	60,76	69,58	43,11
Automóvel (unidade)	-	-	-	-	0,5	-	3,37	-	13,07	-	18,58	-

Fonte: Elaboração a partir de dados do Stats.

Apesar do analisado acima sobre o acesso desigual entre as regiões rurais e urbanas, buscou-se por meio do gráfico 4 deixar evidente que apesar das diferenças a região rural tem evoluído em termos de lucro líquido. No gráfico 4 mostra-se a porcentagem das famílias rurais agrupadas por lucro anual líquido per capita e pode-se constatar que com o passar dos anos o percentual de lucro das famílias tem migrado para níveis superiores, ou seja, as famílias rurais estão tendo maior disponibilidade de dinheiro hoje que em décadas passadas. Esse fato mostra que apesar do atraso, o desenvolvimento, capturado pelo indicador de renda do IDH, de alguma forma está chegando as regiões rurais.

Gráfico 4: Porcentagem de Famílias Rurais Agrupadas por Lucro Anual Líquido Per Capita



Fonte: Elaboração a parti de dados do Stats.

No entanto, é necessária uma ressalva para fazer uma análise estática comparada do ano de 2013 em relação ao Índice de Gini¹³ chinês e de países com desigualdade relevante: Brasil e EUA. O índice foi 42,1 na China enquanto para os EUA o indicador mediu 40,8 e no Brasil 54,7. Dessa forma, percebe-se que em termos de desigualdade de renda o país passou os EUA e se aproxima do Brasil podendo ser considerado, segundo alguns autores, pertencente ou a caminho do grupo dos países mais desiguais do mundo. Sabe-se que essa desigualdade é fomentada principalmente pelas diferenças regionais das zonas urbanas e rurais.

Outro fator de análise é a composição do consumo per capita das despesas das famílias rurais e urbanas como demonstrado na tabela 4. Nota-se que tanto para as famílias rurais quanto urbanas as despesas das famílias ainda é alta que pode ser um fator normal haja vista o consumo representa uma parte significativa da cesta de consumo das famílias em todos os países. No entanto, pode ser um indício de precariedade já que quanto menos abastada uma família, maior a proporção da sua renda que será gasta com consumo, ou seja, a propensão marginal a consumir dos mais pobres é maior. O bem com maior variação é o transporte e comunicação que quase dobrou tanto no meio urbano quanto no meio rural indicando um possível desenvolvimento econômico e a consolidação de um novo paradigma tecnológico e informacional na China. A ideia que a tabela deixa é que as transformações nos padrões de consumo dos chineses parecem lentas que pode ser reflexo de aspectos culturais quando comparados a um país da América ou Europa.

Tabela 4: Composição das despesas per capita das famílias rurais e urbanas (%)

¹³ Medida do desvio da distribuição de renda entre os indivíduos ou agregados familiares dentro de um país a partir de uma distribuição perfeitamente igual. Um valor de 0 representa a igualdade absoluta e um valor de 100 desigualdade absoluta.

Item	Região	Anos			
		2000	2005	2009	2010
Alimentação	Rural	49,13	45,48	40,97	41,09
	Urbana	39,18	36,69	36,52	35,67
Vestuário	Rural	5,75	5,81	5,82	6,03
	Urbana	10,01	10,08	10,47	10,72
Residência	Rural	15,47	14,49	20,16	19,06
	Urbana	8,79	10,18	10,02	9,89
Instalação para lar, artigos e serviços	Rural	4,52	4,36	5,13	5,34
	Urbana	10,01	5,62	6,42	6,74
Transporte e comunicação	Rural	5,58	9,59	10,09	10,52
	Urbana	7,90	12,55	13,72	14,73
Educação, Cultura e Recreação	Rural	11,18	11,56	8,53	8,37
	Urbana	12,56	13,82	12,01	12,08
Cuidados com a saúde e serviços médicos	Rural	5,24	6,58	7,2	7,44
	Urbana	6,36	7,56	6,98	6,47
Bens e serviços diversos	Rural	3,14	2,13	2,11	2,15
	Urbana	5,17	3,5	3,87	3,71

Fonte: Elaboração a partir de dados do Stats

Observa-se pela tabela 1 que o índice de renda na China tem aumentando constantemente desde 1980. Ainda que em 2011 tenha sido o menor índice dos que compõe do IDH, seu aumento é inquestionável. No entanto, na análise do PIB per capita em dólares comparando com os tigres asiáticos e o Japão (gráfico 5) nota-se que a China ainda está muito distante de países que promoveram seu *catching up* em condições iguais no que diz respeito ao contexto de capitalismo tardio. Ou seja, se a análise do desenvolvimento permitisse usar como *proxy* o indicador de renda per capita, China estaria muito aquém de seus vizinhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo foram analisados os reflexos das constantes melhoras observadas no desempenho do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) chinês na vida cotidiana da população chinesa. Tanto na educação quanto na saúde observa-se que China tem se empenhado em aprovar leis que torne seus serviços mais eficientes. Nos dois casos observa-se que a privatização tem sido uma opção, ainda que a população não esteja totalmente capacitada a arcar com os novos custos. Significativos avanços podem ser observados no número de escolas e na

Enviado: 21/02/2014

Concluído: 24/11/2014

ampliação do acesso a educação. Esforços notáveis também podem ser vistos por parte do governo em possibilitar que a educação chegue às áreas rurais da China, ainda muito castigadas pela desigualdade regional.

Na saúde, o país ainda sofre com a pouca qualidade dos serviços oferecidos. China conta com um sério problema de falta de especialização dos médicos, que progridem para além da graduação em valores muito baixos, além da falta de infraestrutura básica da saúde, como o não oferecimento gratuitamente de vacinas de rotina. No entanto, observa-se que, por outro lado, muitos avanços na saúde foram conquistados junto à evolução do IDH, como a redução da taxa de mortalidade materna, o avanço do número de realizações de cesáreas, redução da taxa de natalidade e expectativa de vida acima da média mundial. Percebe-se também que os gastos do governo aumentaram nas últimas décadas, ainda que a participação da saúde no PIB tenha sido reduzida.

O acesso à renda é outro indicador que se mostrou em ascensão, ainda que continue denunciando as grandes diferenças regionais. Além de que na análise do PIB per capita China ficou muito distante dos seus vizinhos, denunciando um atraso relevante em relação a países com processo de desenvolvimento semelhante.

Outros aspectos críticos referem-se a média de crescimento do IDH chinês entre os anos 1980 e 1990 foi de 1,72%, de 1990 para 2000 foi 1,66% e de 2000 a 2013 foi de 1,52% que pode sinalizar que quanto mais desenvolvido o país se torna maiores serão as barreiras para o próximo passo e, portanto, se o esforço para promover o desenvolvimento for o mesmo que no passado, menores serão os resultados obtidos com o processo, ou seja, talvez a China não esteja promovendo o esforço necessário, em termos de gastos com desenvolvimento sobre o PIB e renda per capita, para mudar significativamente de posição no ranking do IDH. Dessa forma, apesar de haver transbordamento dos ganhos com o crescimento para o desenvolvimento social, a pauta econômica ainda pode ser a principal meta do Partido Comunista Chinês.

No entanto, não cabe fazer generalizações diante tantos avanços, com isso, uma possível conclusão remete a um país que promove avanços significativos já que tem em pauta uma população de mais de um bilhão de habitantes, graves problemas políticos, sociais e econômicos a serem enfrentados nas próximas décadas e está realizando seu processo de urbanização no século XXI. Esses fatores que remetem ao atraso chinês frente a países dos BRICS e dos Tigres

Asiáticos, em certos aspectos, concomitante a superações em relação aos mesmos países em outros aspectos fazem parecer que na China os processos seguem por fluxos próprios.

Como sugestão para trabalhos futuros, cabe destacar como possibilidade o uso de outros indicadores para mensurar o desenvolvimento chinês permitindo uma análise mais sólida acerca do processo que fuja da análise realizada com uso de único indicador. Além de uma revisão bibliográfica acerca do processo de desenvolvimento chinês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAND, S., SEN, A. K. *Human Development Index: Methodology and Measurement*. New York: Human Development Report Office, 1994.

BAGOLIN, I. *Human Development Index (HDI) - A poor representation to Human Development Approach*. Italy : The 4th International Conference on the Capability Approach: Enhancing Human Security, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina*. In: Luiz Carlos Delorme Prado; Rosa Freire d'Aguiar. (Org.). *Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012, v. 1, p. 27-66.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Estado, Estado-nação e sociedade*. In: Bresser-Pereira website. São Paulo, 2008. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf>> . Acesso em: 21 de nov. 2014.

CABAN, B. *Return of the God of Plague: Schistosomiasis in China*. USA: Journal os Rural and Tropical Public Health, 2007.

CHINA EDUCATION AND RESEARCH NETWORK. Vários dados. Disponível em:

<<http://www.edu.cn>>. Acesso em: 17 de set. 2002.

CHINA STATISTICAL YEARBOOK. Vários dados. Disponível em:<http://www.stats.gov.cn>>. Acesso em: 14 de set. 2012.

CLAESON M, WANG H, HU S. *A Critical Review of Public Health in China*. 2004.

COMPULSORY EDUCATION LAW OF THE PEOPLE`S REPUBLIC OF CHINA. Adopted at the Fourth Session of the Sixth National People`s Congress, promulgated by Order No.38 of the President of the People`s Republic of China on April 12, 1986, and effective as of July 1, 1986.

CUNHA, A. M. *Paradigma do Estado Desenvolvimentista e o "Retorno" da Política Industrial*. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 23, número 2. 2012.

CUNHA, A. M. *China e o Brasil na nova ordem internacional*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. suplementar. 2011.

EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY, CULTURE, PUBLIC HEALTH AND SPORTS. Number of Beds in Health Institutions. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/en-sz2005/kj/biao/22-34.htm>>. Acesso em: 3 de set. 2012.

EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY, CULTURE, PUBLIC HEALTH AND SPORTS. Number of Health Institutions. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/en-sz2005/kj/biao/22-32a.htm>>. Acesso em: 3 de set. 2012.

FEIJÓ, R. *Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2007.

FOOD HYGIENE LAW OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Adopted at the 16th Meeting of the Standing Committee of the Eighth National People's Congress on October 30, 1995 and promulgated by Order No. 59 of the President of the People's Republic of China on October 30, 1995.

FRÓIO, L. Expansão chinesa a partir da medicina tradicional. *Revista Eletronica de Jornalismo Científico*, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=76&id=946>>. Acesso em: 5 de out. 2012.

HIGHER EDUCATION LAW OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Adopted at the Fourth Session of the Standing Committee of the Ninth National People's Congress on August 29, 1998, promulgated by Order No. 7 of the President of the People's Republic of China on August 29, 1998 and effective as of January 1, 1999.

INTERNATIONAL HUMAN DEVELOPMENT INDICATORS. Country Profile: Human Development indicators (China). Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/CHN.html>>. Acesso em: 4 de set. 2012.

JAHAN, S. *Measurements of Human Development Seven Questions*. England: First Human Development Course, 2000.

JIAO S, JI G, JING Q. *Cognitive Development of Chinese Urban Only Children and Children with Siblings*. Institute of Psychology, Chinese Academy of Sciences, 1996.

KLUGMAN J, RODRÍGUEZ F & CHOI H J. (2011). *The HDI 2010: New Controversies, Old Critiques*. Research Paper, PNUD, Nova York.

LAW OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA ON BLOOD DONATION. Adopted at the 29th Meeting of the Standing Committee of the Eighth National People's Congress on December 29, 1997 and promulgated by Order No. 93 of the President of the People's Republic of China on December 29, 1997.

LAW OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA PROMOTION OF PRIVATELY-RUN SCHOOLS. Adopted at the 31st Meeting of the Standing Committee of the Ninth National People's Congress on December 28, 2002.

LAW OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA ON PREVENTION AND TREATMENT OF INFECTIOUS DISEASES. Adopted at the 6th Meeting of the Standing Committee of the Seventh National People's Congress on February 21, 1989, revised at the 11th Meeting of the Standing Committee of the Tenth National People's Congress on August 28, 2004 and promulgated by Order No. 17 of the President of the People's Republic of China on August 28, 2004.

MAGALHÃES, R. *Desenvolvimento econômico: escolha política e não técnica*. In: *Desafios ao desenvolvimento econômico brasileiro: contribuições do conselho de orientação do Ipea/organziador: José Celso Cardoso Jr.* - Brasília: Ipea, 2009.

Enviado: 21/02/2014

Concluído: 24/11/2014

MEDEIROS, C. A. *Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China*. Revista de Economia Política, vol. 19, nº 3 (75). 1999.

MOLLO, L. R. M., FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais*. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 2 (131), 2013.

NATIONMASTER. Health Statistics. Disponível

em: <http://www.nationmaster.com/graph/hea_phy_per_1000_peo-physicians-per-1-000-people>. Acesso em: 6 de set. 2012.

OFFICE OF THE WORLD HEALTH ORGANIZATION REPRESENTATIVE IN CHINA AND SOCIAL DEVELOPMENT OF CHINA STATE. Council Development Research Center. Beijing, 2005.

QIZILBASH, M. (2002). *On the Measurement of Human Development*. PNUD, Oxford.

UNDP. 2011. Human Development Report 2011.

URL: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_TechNotes.pdf.

SOARES, C. *Índice de desenvolvimento de gênero: Uma análise do avanço social das mulheres no Brasil e nas Unidades da Federação*. Minas Gerais: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010.

SOUZA, N. *Desenvolvimento econômico*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TEACHERS LAW OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Adopted at the Fourth Meeting of the Standing Committee of the Eighth National People's Congress on October 31, 1993, promulgated by Order No. 15 of the President Of the People's Republic of China and effective as of January 1, 1994

THE CHINESE UNIVERSITY OF HONG KONG. *Press Release*. Disponível

em: <http://www.fed.cuhk.edu.hk/~hkpisa/events/2009/files/PISA2009_Results_e.pdf>. Acesso em: 16 de ago. 2012.

THE WORLD BANK. Birth rate, crude. Disponível

em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.CBRT.IN/countries/1W-CN-BR?display=graph>>. Acesso em: 28 de set. de 2012.

THE WORLD BANK. Life expectancy at birth, male. Disponível

em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.MA.IN/countries/1W-CN-BR?display=graph>>. Acesso em: 28 de set. de 2012.

TSANG, M. C. *Financial Reform of Basic Education in China*. Economics of Education Review, Michigan, v. 15, n. 4, pp. 423-444, 1996. Disponível em:

<<http://www.tc.columbia.edu/faculty/tsang/Files/13.pdf>>. Acesso em: 15 de set. de 2012.

TSANG, M. C. *Education and National Development in China since 1949: Oscillating Policies and Enduring Dilemmas*. Columbia University, New York, pp. 579-618, 2000. Disponível em:

<<http://www.tc.columbia.edu/faculty/tsang/Files/7.pdf>>. Acesso em: 16 setembro 2012.

UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS. Uis statistics in brief. Disponível

em: <http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/document.aspx?ReportId=121&IF_Language=eng&BR_Country=1560>. Acesso em: 20 de out. de 2012.

VOCATIONAL EDUCATION LAW OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Adopted at the 19th Meeting of the Standing Committee of the Eighth National People's Congress on May 15, 1996, promulgated by Order No.69 of the President of the People's Republic of China on May 15, 1996 and effective as of September 1, 1996.

WEN, M. *Averting Crisis: A Path Forward for China's Healthcare System*. Beijing, 2009.

Enviado: 21/02/2014

Concluído: 24/11/2014

THE WORLD BANK. *Birth rate, crude*. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.CBRT.IN/countries/1W-CN-BR?display=graph>>. Acesso em: 28 de set. de 2012.

NOTAS

¹ Graduanda do curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal de São Carlos - campus Sorocaba. Endereço profissional: Rodovia João Leme dos Santos (SP-264), Km 110, Bairro do Itinga - CEP 18052-780. Sorocaba – SP. E-mail: carolgiustiaraujo@gmail.com.

² Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2002), Mestrado em Economia Internacional - Universidade Complutense de Madri (2005) e Doutorado em Economia Internacional - Universidade Complutense de Madri (2010). Endereço profissional: Av. Senador Filinto Müller, 1555 - Unidade X. Cidade Universitária – Caixa Postal 549 – CEP 79070-900. Campo Grande – MS – Brasil. E-mail: everlamelias@gmail.com.